

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA**

EVANDRO MARONI MASCARENHAS

**PROGRAMA MUNICIPAL VOLUNTÁRIOS DA CIDADANIA:
Uma análise descritiva**

**BELO HORIZONTE
2015**

EVANDRO MARONI MASCARENHAS

**PROGRAMA MUNICIPAL VOLUNTÁRIOS DA CIDADANIA:
Uma análise descritiva**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a conclusão do curso.

Orientador: Prof. Cláudio Santiago Dias Júnior

BELO HORIZONTE

2015

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABM	Academia de Bombeiros Militar
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BBM	Batalhão de Bombeiros Militar
CBMMG	Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais
CEAPA	Central de Apoio às Penas e Medidas Alternativas
CESEC	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializados da Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FGR	Fundação Guimarães Rosa
NBR	Normas Brasileiras Regulamentadoras
ONG	Organização Não Governamental
PBH	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
SAASE	Seção de Atendimento ao Adolescente em Situação Especial
SEDS	Secretaria de Estado de Defesa Social
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SMATE	Secretaria Municipal Adjunta de Trabalho e Emprego
TJMG	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de candidatos previstos x Número de candidatos formados no período 2011/2012 – Programa Voluntários da Cidadania	36
Gráfico 2 - Aproveitamento de alunos formados no período 2011/2012 – Programa Voluntários da Cidadania	37
Gráfico 3 - Número de candidatos previstos x Número de candidatos formados no ano de 2013 – Programa Voluntários da Cidadania	38
Gráfico 4 - Aproveitamento de alunos formados no ano de 2013 – Programa Voluntários da Cidadania	38
Gráfico 5 - Número de candidatos previstos x Número de candidatos formados no ano de 2014 – Programa Voluntários da Cidadania	39
Gráfico 6 - Aproveitamento de alunos formados no ano de 2014 – Programa Voluntários da Cidadania	39
Gráfico 7 - Número de candidatos previstos x Número de candidatos formados em todo os anos – Programa Voluntários da Cidadania	40
Gráfico 8 - Aproveitamento de alunos formados em todos os anos – Programa Voluntários da Cidadania	41

RESUMO

É de amplo conhecimento os problemas existentes em todo o país quanto à violência urbana e os rumos a serem seguidos pelos jovens, em especial aqueles oriundos de uma classe econômica menos favorecida. A fim de solucionar o problema da exclusão social para essa classe carente, os Governos buscam elaborar Políticas Públicas que possam solucionar, ou ao menos reduzir, as desigualdades sociais. Buscando não apenas reabilitar o jovem infrator, mas dar uma orientação cívica, social e profissional, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e a Fundação Guimarães Rosa, criou o Programa Municipal Voluntários da Cidadania. Para verificação dos resultados obtidos pelo Programa, a Fundação Guimarães Rosa elabora anualmente relatórios que avaliam todas as etapas desenvolvidas. Dessa forma, esta pesquisa científica tem como objetivo realizar uma análise descritiva desses relatórios, extraindo o maior número de informações possíveis, e assim averiguar se os resultados almejados pelo projeto são efetivamente alcançados. Para tal, foram elaborados gráficos e análises que permitem melhor interpretar e compreender os dados fornecidos. Por fim, restou comprovado que não se pode afirmar que os relatórios possuem informações completas e precisas sobre os resultados do Programa, ficando claro que mais ações são demandadas para poder se afirmar, ou não, o sucesso do Programa em estudo.

Palavras-chave: Programa Municipal Voluntários da Cidadania. Políticas Públicas. Jovens em situação de vulnerabilidade social. Análise descritiva. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

ABSTRACT

It is widely known existing problems across the country as urban violence and the direction to be followed by young people, especially those from less favored economic class. In order to solve the problem of social exclusion for this poor class, Governments seek to devise public policies that might solve or, at least reduce, social inequalities. Seeking not only to rehabilitate the young offender, but to a civic, social and vocational guidance, the Municipality of Belo Horizonte, in partnership with the Military Firefighters Corps of Minas Gerais and the Guimarães Rosa Foundation created the Municipal Citizen Program of Volunteers. To verify the results of the program, the Guimarães Rosa Foundation shall draw up reports evaluating all developed stages. Therefore, this scientific research aims to conduct a descriptive analysis of these reports, extracting the most information as possible, and so ascertain whether the desired results of the project are effectively achieved. Thus, graphics and analysis to better interpret and understand the data provided were drafted. Finally, remains proven that can not be said that the reports have complete and accurate information on the results of the program, making it clear that more actions are demanded to be able to say, or not, the success of the program under study.

Keywords: Municipal Program Citizen Volunteers. Public Policy. Young people in socially vulnerable. Descriptive analysis. Municipality of Belo Horizonte.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	A violência e o jovem em conflito com a lei	13
2.2	Segurança Pública e Políticas Públicas	15
3	PROGRAMA MUNICIPAL VOLUNTÁRIOS DA CIDADANIA.....	19
3.1	Órgãos Participantes	19
3.2	Período de realização e valor do convênio.....	20
3.3	Objetivos e Justificativa.....	20
3.4	Etapas de Execução	21
3.4.1	Indicação do público alvo	21
3.4.2	Recrutamento dos jovens	22
3.4.3	Avaliação e seleção dos jovens	22
3.4.4	Execução do curso de Bombeiro Profissional Civil/Brigadista	22
3.4.5	Avaliação do jovem concluinte	24
3.4.6	Apresentação de relatórios de resultados.....	24
3.5	Avaliação e monitoramento.....	24
3.6	Atribuições das Entidades partícipes do Programa	24
3.6.1	Prefeitura de Belo Horizonte – PBH	24
3.6.2	Fundação Guimarães Rosa – FGR	25
3.6.3	Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG	26
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
5	ANÁLISE DOS RELATÓRIOS ANUAIS DO PROGRAMA.....	30
5.1	Programa Voluntários da Cidadania nos anos de 2011 e 2012	30
5.1.1	Etapa Piloto	30
5.1.2	1ª Etapa 2012.....	31
5.1.3	2ª Etapa 2012.....	32
5.1.4	3ª Etapa 2012.....	32
5.2	Programa Voluntários da Cidadania no ano de 2013.....	33
5.2.1	1ª Etapa 2013.....	33
5.2.2	2ª Etapa 2013.....	34
5.2.3	3ª Etapa 2013.....	34
5.3	Programa Voluntários da Cidadania no ano de 2014.....	34

5.3.1	1ª Etapa 2014.....	35
5.3.2	2ª Etapa 2014.....	35
5.4	Análise das informações e dados dos Relatórios.....	35
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
6.1	Sugestões	48
	REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

Os problemas relacionados às mazelas urbanas estão intimamente ligados à violência, drogas e delitos. Adiciona-se a esse cenário, o envolvimento de crianças e adolescentes com a criminalidade, no qual se questiona qual a melhor forma de se trabalhar com o jovem em conflito com a lei.

A situação de convívio constante com os perigos da violência urbana acaba demandando das autoridades ações que eliminem, ou, ao menos, reduzam os índices de criminalidade nas cidades. Para tentar solucionar os problemas, são postas em práticas diversas políticas públicas relacionadas à segurança. Dentre essas políticas públicas, existem os programas que trabalham especificamente com jovens, e buscam dar uma orientação a suas vidas.

Em novembro de 2011, foi estabelecido um convênio de ação mútua entre A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a Fundação Guimarães Rosa e o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Através dessa parceria, deu-se início ao Programa Municipal Voluntários da Cidadania, que visa formar jovens no ofício de bombeiro civil/brigadista, e promover o resgate dos valores sociais e de cidadania, aumentando suas chances de inserção no mercado de trabalho. Trabalha-se com pessoas de idade entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos, baixa escolaridade, que moram em áreas de vulnerabilidade social, especialmente, com aqueles que tenham se envolvido com crimes de menor potencial ofensivo.

A escolha do tema proposto se deu em decorrência da oportunidade de presenciar a formação de algumas turmas na Academia de Bombeiros Militar. É importante a participação do Corpo de Bombeiros em projetos como esse, pois, segundo o então Secretário Municipal Adjunto de Trabalho e Emprego, Ayres Mascarenhas, a boa imagem da Corporação perante a comunidade é um facilitador na incumbência de se dar bons denodos aos participantes do projeto (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2012).

A fim de se ter uma fidedigna resposta a respeito da efetividade dos programas e projetos elaborados enquanto políticas públicas na área de segurança,

é necessário que eles sejam submetidos a mecanismos de mensuração dos resultados. Isso possibilita que se alcance os desenlaces de forma mais precisa, com melhor aplicação dos recursos, municiando os organizadores e fomentadores de informações que ajudarão a construir as ações e atividades futuras, ou então a retificá-las ou readaptá-las, formando-se um ciclo, em que sempre será possível melhorar.

Almejando dar um retorno sobre o trabalho desenvolvido no Programa Voluntários da Cidadania, a Fundação Guimarães Rosa confecciona relatórios a cada término de ano. Esses documentos avaliam todas as etapas realizadas no ano, indicando os pontos positivos e negativos, e também sugerindo novas ações a serem implementadas para o aperfeiçoamento do Programa.

Foram então elaborados os seguintes questionamentos: O que se pode aferir a partir dos relatórios elaborados? Como está o andamento e aproveitamento do Programa? O Programa Voluntários da Cidadania vem gerando os resultados esperados? Teve como hipóteses que os relatórios são completos, e que o Programa vem alcançando resultados satisfatórios, tendo em vista que foi realizado ao longo de três anos consecutivos, e ainda com o intuito de continuar.

O objetivo geral da pesquisa é, portanto, realizar uma análise descritiva dos relatórios anuais do Programa Voluntários da Cidadania, extraindo o maior número de informações possíveis, e assim averiguar se os resultados almejados e as metas propostas pelo projeto são efetivamente alcançados.

O presente estudo poderá proporcionar uma nova visão sobre o Programa Voluntários da Cidadania, levantando-se aspectos relevantes que possam auxiliar a Prefeitura de Belo Horizonte, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e a Fundação Guimarães Rosa, na realização de futuras turmas e até em uma eventual ampliação do projeto.

Quanto a esse trabalho monográfico, ele foi articulado em seis capítulos. No segundo capítulo, foi feita uma contextualização sobre as questões da violência urbana envolvendo adolescentes, além das políticas públicas que desenvolvem

programas e projetos no intuito de melhorar a segurança pública e afastar os jovens em situação de vulnerabilidade social das drogas e da criminalidade.

O capítulo de número três apresenta o Programa Municipal Voluntários da Cidadania, discorrendo sobre sua origem, articulação, atribuições específicas de cada um dos parceiros, objetivos, metas e funcionamento, detalhando suas fases de execução.

Posteriormente, no quarto capítulo, é descrita a metodologia aplicada no desenvolvimento da pesquisa, delimitando o estudo a fim de dar mais clareza e facilitar o alcance dos objetivos propostos.

No quinto capítulo, são apresentados e analisados os relatórios elaborados pela Fundação Guimarães Rosa ao final de cada ano de desenvolvimento do Programa em estudo. É feita uma análise descritiva dos resultados, e também uma comparação entre os diferentes anos em que se desenvolveu o Programa.

Finalmente, no sexto capítulo, são expostas as considerações finais do trabalho, bem como sugestões para melhoria do Programa e também para o desdobramento de estudos vindouros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No presente capítulo, será feita uma contextualização quanto aos problemas de violência e criminalidade na sociedade, abarcando o envolvimento de crianças e adolescentes nesse cenário. Abordar-se-á a questão da segurança pública e das políticas públicas que almejam, através de programas sociais, resgatar os jovens da situação de marginalidade e reinseri-los na sociedade.

2.1 A violência e o jovem em conflito com a lei

A escalada da violência é uma questão premente em nossa sociedade e é apontada pela população das metrópoles como sua principal preocupação. Vem sendo objeto de conteúdos programáticos de partidos políticos e de atuação de ONGs, sem ter, no entanto, atingido um meio eficaz de prevenção e forma de assistência (CRUZ NETO; MOREIRA, 1999).

Segundo Minayo (1990, *apud* CRUZ NETO; MOREIRA, 1999, p. 34) as facetas da violência “tornam-se objetos de apreensão do cotidiano, representados pelo desencadeamento de um temor generalizado aos assaltos, sequestros e assassinatos”.

Minayo e Ramos (2003) e Waiselfisz (2007), citados por Silva e Lopes (2009, p.97), afirmam que “a violência é considerada um grave problema no Brasil, e constitui hoje a principal causa de mortes de adolescentes”.

Os jesuítas já destacavam ser a infância/adolescência, o momento propício para o aprendizado, uma vez que certas práticas, valores e conceitos ainda não estão estabelecidos, sedimentados. Contudo, consideravam também, que marcas trazidas pela cultura recebida, emergem na puberdade e fazem desse período uma idade perigosa e ingrata na qual as raízes falam mais alto. (DEL PRIORE, 1998, *apud* CABRAL; SOUSA, 2004, p.74).

Para Borges (2013), a adolescência é um período conturbado e confuso na mente do jovem, e é quando ele busca autoafirmação, sente-se onipotente e ao

mesmo tempo está em conflito com sua personalidade, seu desenvolvimento psicológico e social.

Isso tudo somado, leva a um desequilíbrio psíquico, acarreta uma vulnerabilidade da personalidade e muitas vezes, um comportamento de oposição às normas, favorecendo o desenvolvimento de novas relações sociais importantes na construção de uma nova identidade e assim caminhando para uma crise de identidade (ERIKSON, 1976, *apud* SILVA; LOPES, 2009, p.91).

Aliado a todo esse complicado processo de amadurecimento do menor, estão elementos sociais que conduzirão seu comportamento: a desigualdade social, a injustiça e a exploração (BORGES, 2013).

Cabral e Sousa (2004) citam que a partir da metade do século XIX, o Imperador Dom Pedro II apresenta grande interesse e preocupação com a formação educacional das crianças, sendo então promulgados os decretos que estabeleciam a obrigatoriedade do ensino a todos os meninos maiores de sete anos, com exceção dos escravos. Estes somente vieram a ser mencionados na legislação, a partir de 1850.

Silva e Lopes (2009) entendem que a visão de problemas específicos da adolescência, produzidos cientificamente, tem suas origens no início do século XX. Rizzini (2000), Londoño (1998) e Rizzini (1995), citados por Cabral e Sousa (2004, p.79-80), descrevem a fase inicial do período republicano como bastante proveitoso em relação à legislação brasileira para a infância. Naquela época, já se tinha a preocupação em reprimir a delinquência e a vadiagem, por conta da não absorção da mão de obra. As primeiras décadas do século XX, ficaram marcadas pela crítica à não distinção de tratamento oferecido à criança, ao adolescente e ao adulto delinquente.

Utiliza-se rotineiramente a expressão menor infrator, contudo Volpi (2001), citado por Cabral e Sousa (2004, p. 72) argumenta ser melhor chamá-los de “adolescentes em conflito com a lei” ou “adolescente autor de ato infracional”, por apresentarem uma circunstância de vida, e não uma categoria valorativa.

No Brasil, o termo “menor” surgiu em meio aos juristas, como um dos critérios que definiam a responsabilidade penal do indivíduo por seus atos. Eram crianças e adolescentes abandonados que, circulando pelos centros das cidades, incorriam em delitos de roubos e trapagens, e iam presos. Passaram, assim, a serem chamados de menores criminosos (LODOÑO, 1998, *apud* CABRAL; SOUSA, 2004, p.78-79).

Conforme Aguiar e Araújo (2002), citados por Silva e Lopes (2009, p.96), os processos de aumento das desigualdades sociais, bem como da pobreza, estão engendrando novo fenômeno, ainda mais radical. Conjuntos de pessoas estão sendo submetidas a uma situação de pobreza e desigualdade tão intensas que geram uma desagregação social. Estão, assim, se afastando da conduta moral, econômica e social da comunidade em que se encontram. Esse fenômeno é conhecido como exclusão social.

Borges (2013) ressalta que Foucault levanta a situação de que hoje o adolescente infrator é estigmatizado como o delinquente, o indivíduo marginalizado socialmente, que mora na favela, não alfabetizado, sem estrutura familiar, pobre, e já diagnosticado como um potencial problema a ser corrigido.

2.2 Segurança Pública e Políticas Públicas

A principal proposição do serviço de segurança pública é a sua perspectiva objetiva e contínua de interação entre os órgãos públicos, a fim de coibir e punir atos ilícitos na sociedade. As Polícias, o Ministério Público e as Autoridades Penitenciárias devem agir, de forma integrada, em prol da segurança pública. A prestação desses serviços inclui o policiamento ostensivo, apuração de infrações penais e a guarda e recolhimento de presos (FREITAS; RAMIRES, 2011).

No caso do menor infrator, para normalizar e resgatar esse adolescente desviante, e para reinseri-lo no convívio social e familiar, é necessário um programa de políticas públicas determinadas pelo Estado, as quais estão obrigatoriamente normatizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BORGES, 2013).

Cabe, portanto, ao setor público, elaborar, planejar e executar tais Políticas Públicas, que, segundo Peters (1986, *apud* SOUZA, 2006, p.24), podem ser definidas como “a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegações, e que influenciam a vida dos cidadãos”. Souza (2006) diz ainda que a formulação das políticas públicas se dá no momento em que os governos manifestam suas ideias e propósitos em ações e programas que buscarão produzir os efeitos ou modificações no mundo real.

Por projeto social, entende-se que é um conjunto conexo de atividades com finalidade de transformar uma parte da realidade, diminuindo ou abolindo déficits, ou solucionando problemas, a fim de suprir as necessidades dos grupos que não possuem mecanismos para solucioná-las sozinhos (CEPAL, 1995; NOGUEIRA, 1998, *apud* COUTINHO *et al.*, 2006, p. 767).

Freitas e Ramires (2011), e Cabral e Sousa (2004) destacam que, atualmente, disseminou-se o conceito de que a responsabilidade social não é mais atributo privativo do Estado, nem exclusivo da ação cívica dos cidadãos. Dessa forma, parcerias têm sido criadas entre sociedade civil e governo, no entendimento de que, com atuações distintas, mas objetivos comuns, sem perda de identidade e desvio de missões institucionais específicas, sejam percebidas as dificuldades e necessidades na prevenção e controle do “problema do menor”, e na atuação eficaz para a sua reinclusão social e humanitária.

Políticas públicas de prevenção e combate à criminalidade e para ressocialização do adolescente infrator têm sido postas em prática.

Freitas e Ramires (2011) apresentam como exemplo o CESEC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania). Este é um distinto órgão que, criado em 2000, nasceu com o compromisso de desenvolver atividades de pesquisa dedicadas a subsidiar políticas públicas para o enfrentamento eficiente da criminalidade. Partindo do pressuposto de que segurança não se resume à ausência de atos criminosos, mas ao acesso de diferentes grupos sociais às condições de exercício pleno da cidadania, o CESEC busca convergência entre sistema de justiça criminal e as desigualdades, direitos e democracia no Brasil.

Os mesmos autores ainda enfatizam o seguinte:

É importante destacar que qualquer estratégia de prevenção da criminalidade violenta deve considerar a existência de uma série de fatores que predis põem a ocorrência dos atos violentos. Nesse sentido, qualquer ação de prevenção deve ser de caráter multissetorial. Considerando-se que a violência é um fenômeno complexo e multifacetado, os programas de prevenção à sua ocorrência também devem o ser para que alcancem êxito, pois nenhuma ação, sozinha, apresenta resultados tão positivos quanto aqueles que são desenvolvidos de forma integrada (FREITAS; RAMIRES, 2011, p.144).

As políticas públicas de ressocialização do jovem enfatizam a educação e a profissionalização como ferramentas importantes na construção deste novo indivíduo. A ele devem ser dadas condições plenas de reestruturação psíquica e familiar, e de reinserção social, através de sua compreensão individualizada, a fim de resgatá-lo enquanto ser humano (BORGES, 2013).

De acordo com Damico (2011), citado por Borges (2013), todas as práticas de educação, esportes, pedagogia, que intentam recuperar o jovem, são políticas de segurança pública, pois visam impedir a continuidade e reincidência do cometimento e crimes.

Para Borges (2013), em todas as hipóteses, a educação é o meio mais eficaz de se condicionar o adolescente a novas condutas que o levarão à reinserção social. A educação, representada pela escola como forma de captura, é o melhor meio de promover a adequação desse jovem, orientando-o, física e mentalmente, no caminho da ordem e da disciplina.

Ainda segundo o mesmo autor, os jovens revelam uma preocupação extrema com a questão do emprego, não apenas no sentido de ajudar a família e de sobrevivência. A juventude valoriza uma vivência com esferas sociais mais altas, cercadas de lazer e bens materiais, cada vez mais anunciados pela mídia. Estão focados em usufruir tudo o que é moderno, bonito e lhes dá a sensação de inserção no universo juvenil.

As políticas de segurança pública apresentam aspectos distintos diante da política repressiva e política preventiva, em que uma visa mais a punição como

cerne da ação governamental e a outra enfatiza a inclusão social e humanitária como impedimento à infração. Na primeira, o infrator é ator racional e por isso responsável por seus atos, já na segunda, o delinquente é vítima das condições sociais (FREITAS; RAMIRES, 2011).

Quadro 1 – Perspectivas da política de segurança pública

Tipo	Política repressiva	Política preventiva
Fundamento valorativo	A punição é um importante instrumento de afirmação de valores morais e culturais.	O mais importante é evitar que o crime aconteça: o respeito à justiça, à igualdade e aos direitos humanos são basilares na ação do Estado.
Pressuposto da ação social	O criminoso é um ator racional, devendo assumir plena responsabilidade por seus atos e responder perante o sistema de justiça criminal.	O criminoso é vítima de condições sociais marcadas pela desigualdade, injustiça e discriminação.
Hipótese criminológica	Os níveis de criminalidade estão associados ao grau de eficiência do sistema de justiça criminal.	Os níveis de criminalidade estão associados aos níveis de desemprego, pobreza às crises econômicas.
Diretriz de política pública preponderante	As medidas dissuasórias – aparelhamento da polícia, aperfeiçoamento da máquina judicial, maior rigor na aplicação da pena, incremento do encarceramento – devem ser o cume da ação governamental.	As medidas de inclusão social e humanitária – diminuição da desigualdade social e do desemprego, incremento da participação comunitária, valorização da educação, ênfase na ressocialização do criminoso – devem ser o cume da ação governamental.

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais (2003) *apud* FREITAS; RAMIRES (2011).

É inevitável então, que opiniões divergentes surjam no clamor da sociedade, em todos os segmentos. No entender de Knobel (1997), citado por Cabral e Sousa (2004), o ECA, ao definir uma necessária proteção ao menor infrator, acabou por extrapolar num excesso de impunidade e estímulo à delinquência. Hoje o “menor” se sabe amparado pela lei da impunidade.

Já Saraiva (1998), também citado por Cabral e Sousa (2004), considera que é exatamente na correta aplicação do ECA que está a salvaguarda da sociedade. Critica aqueles que creem ser necessário reduzir a menoridade penal para responsabilizar os jovens, acreditando estarem enganados ou mergulhados em desconhecimento.

3 PROGRAMA MUNICIPAL VOLUNTÁRIOS DA CIDADANIA

3.1 Órgãos Participantes

O Programa Voluntários da Cidadania foi firmado através de um convênio de cooperação mútua entre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), através da Secretaria Municipal Adjunta de Trabalho e Emprego (SMATE), a Fundação Guimarães Rosa (FGR) e o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), os três principais pilares do projeto (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013).

A FGR é uma entidade filantrópica com a missão de cooperar para o avanço da Segurança Pública no Estado de Minas Gerais, elevando ao máximo os recursos necessários a um desempenho mais eficaz das instituições Militares Estaduais. Possui como meta principal e permanente a atuação nos setores de ação comunitária, assistência social, trabalho voluntário, ensino e pesquisa, assim como no incremento institucional, através de apoio, incentivo, planejamento e execução de programas, projetos e atividades intrínsecas à segurança pública (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013).

O CBMMG possui como missão prestar serviços de prevenção contra sinistro, proteção, socorro e salvamentos, buscando sempre proporcionar atendimentos de maneira eficiente e ágil à população mineira. A Corporação atua de forma integrada com órgãos de Defesa Social e sociedade. Mira à melhoria da qualidade de vida e o exercício íntegro da cidadania, garantindo a proteção à vida, ao patrimônio e ao meio ambiente e colaborando com a transformação do Estado (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013).

O Projeto ainda conta com os seguintes parceiros, principalmente na indicação dos jovens para realização do curso: Seção de Atendimento ao Adolescente em Situação Especial (SAASE); Vara Infração da Infância e Adolescência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG); Centros de Referência da Assistência Social (CRAS); Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social;

Programa Fica Vivo, do Governo do Estado; Central de Apoio às Penas e Medidas Alternativas (CEAPA), da Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade; Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS); e outros órgãos que atendem jovens no perfil proposto pelo programa (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2012).

3.2 Período de realização e valor do convênio

O Programa teve início em novembro de 2011, em que se trabalhou com uma turma piloto de 30 (trinta) alunos, e com outras três turmas ao longo de 2012, cada uma com 150 (cento e cinquenta) jovens. A partir da experiência do primeiro ano, firmou-se novo convênio, no início de 2013, pretendendo-se estendê-lo até março de 2017. O valor desse convênio ficou estipulado em R\$ 4.038.191,57 (quatro milhões trinta e oito mil cento e noventa e um reais e cinquenta e sete centavos), para a qualificação de 918 (novecentos e dezoito) jovens (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2015).

3.3 Objetivos e Justificativa

O Programa foi criado considerando-se o objetivo da Prefeitura de Belo Horizonte em proporcionar qualificação social e profissional a alguns jovens em situação de vulnerabilidade social. Por meio deste trabalho, busca-se proporcionar o resgate de valores sociais e de cidadania, e aumentar as chances desses jovens se inserirem, ou se reinserirem, na sociedade. Além disso, almeja resgatar suas autoestimas e valores sociais, e os capacitar para disputar vagas no mercado de trabalho. A fim de facilitar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, a PBH disponibilizará os serviços do Sistema Nacional de Emprego (SINE) aos egressos do Programa (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013).

O público alvo principal são jovens com idade de 18 (dezoito) a 21 (vinte e um) anos, baixa escolaridade, residentes em áreas de vulnerabilidade social e de baixa qualidade de vida. Priorizam-se aqueles com histórico de conflito com a lei, em casos de crimes de menor potencial ofensivo, ou com alto risco de sujeição à prática de delitos (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013).

A meta do Programa é disponibilizar um curso na atividade/ofício de Bombeiro Profissional Civil/Brigadista, para jovens dentro do perfil estipulado. O curso se dá em 240 (duzentas e quarenta) horas-aula, e de acordo com a Norma 14.608/2007 da ABNT, incluindo conteúdos de ordem unida, cidadania ética, direitos humanos, preparação para o mercado de trabalho, atividades de educação física e extracurriculares (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013).

3.4 Etapas de Execução

O desenvolvimento do Programa se dá através de seis fases:

- 1) Indicação do público alvo;
- 2) Recrutamento dos jovens;
- 3) Avaliação e seleção dos jovens;
- 4) Execução do curso de Bombeiro Profissional Civil/Brigadista;
- 5) Avaliação do jovem concluinte;
- 6) Apresentação de relatórios de resultados.

O trabalho de indicação do público alvo se dá ao logo de três meses, em média. Posteriormente, o recrutamento e seleção são feitos em torno de mais três meses. Em seguida, a realização do curso propriamente dito se dá ao longo de quatro meses. E por fim, a avaliação do jovem concluinte é realizada em dois meses. A apresentação dos relatórios de resultados é feita ao final de cada ano de realização do programa (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013).

3.4.1 Indicação do público alvo

A PBH, através da Secretaria Municipal Adjunta de Trabalho e Emprego é responsável pela identificação dos jovens enquadrados no perfil discriminado, em parceria com a Vara Infracional do Tribunal de Justiça da Infância e Juventude/MG, e o CRAS (Centro de Referência a Assistência Social). Além dos rapazes e moças cadastrados na Vara Infracional, há também aqueles vinculados a Programas como o Bolsa Família, Fica Vivo, e em outros órgãos que atendem jovens em situação de

risco. Por fim, a SMATE indicará à Fundação Guimarães Rosa quem será submetido à fase de recrutamento (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013).

3.4.2 Recrutamento dos jovens

A FGR realiza o recrutamento a fim de formalizar o convite aos jovens indicados. Caso o convite seja aceito, agenda-se data para realização da seleção (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013).

3.4.3 Avaliação e seleção dos jovens

A seleção é orientada por três princípios: 1 – Princípio demográfico-cultural: selecionam-se jovens de baixa escolaridade, com idade compreendida entre 18 (dezoito) e 21(vinte e um) anos; 2 – Princípio de conflito com a lei: jovens com histórico de crime ou prática de ato infracional de baixo potencial ofensivo; 3 – Princípio urbano-social: jovens residentes em áreas urbanas de grande vulnerabilidade social e de baixos índices de qualidade de vida. A partir desse norte, a FGR aplica nos candidatos um teste de português e raciocínio lógico, e realiza avaliações médicas e psicológicas para a averiguação das condições e aptidão dos jovens para participação no Programa (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013).

3.4.4 Execução do curso de Bombeiro Profissional Civil/Brigadista

Os jovens selecionados para o Programa realizam o curso de Bombeiro Profissional Civil/Brigadista, de acordo com as previsões da Norma 14.608/2007 da ABNT, ministrado pela Academia de Bombeiros Militar (ABM) do CBMMG. Ao longo da formação, são desenvolvidas disciplinas com conhecimentos de cidadania, ética, direitos humanos, ordem unida, preparação para o mercado de trabalho, atividades de educação física e extracurriculares. Soma-se um total de 240 (duzentas e quarenta) horas-aula, com 4 (quatro) horas-aula diárias, ministradas por instrutores indicados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2015).

A malha curricular do curso é composta por 30 (trinta) horas-aula de cada uma das seguintes disciplinas: Ética e Cidadania, Preparação para o Mundo do Trabalho, Direitos Humanos, Educação Física, Ordem Unida, Atendimento Pré Hospitalar, Técnica e Tática de Combate a Incêndio e Prevenção (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013).

Após a experiência do ano de 2012, em que se trabalhou com três etapas de 150 (cento e cinquenta) alunos cada uma, o Programa ficou estruturado para funcionar com três turmas trimestrais por ano, cada uma com média de 84 (oitenta e quatro) alunos, sendo metade das vagas para cada sexo. As turmas são divididas em turno da manhã, masculino, e turno da tarde, feminino. Os locais de realização dos cursos são ou no Campus I da ABM, na Rua Piauí, bairro Funcionários em Belo Horizonte, ou no Terceiro Batalhão de Bombeiros Militar (3º BBM), Avenida Antônio Carlos, bairro São Francisco, também na capital (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013).

Além de todo material necessário ao funcionamento do curso, cada aluno recebe, ainda, uniforme, vale transporte, lanche e ajuda de custo mensal de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) durante os 3 (três) meses de execução do curso.

Ao longo do período de realização do curso, os jovens recebem acompanhamento social e psicológico, que monitoram e registram o desempenho de cada um dos discentes. São tomadas ações preventivas e corretivas com o objetivo de se evitar a evasão e garantir a boa qualificação profissional e social dos alunos (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013).

O discente é desligado do curso nas seguintes hipóteses:

- a) Desinteresse com o curso, atrasos constantes, brincadeiras e recusa em participar das atividades;
- b) Indisciplina com professores ou outros alunos;
- c) Descumprimento das previsões do Guia do Discente e Regulamento do curso;

- d) Ameaça ou agressão a professores, alunos, ou outros funcionários do estabelecimento;
- e) Portar produtos ilícitos e armas de fogo (CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS, 2012b).

3.4.5 Avaliação do jovem concluinte

Ao final dos trabalhos com cada turma, a FGR submete os concluintes a uma avaliação psicológica para avaliar a evolução do jovem participante (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013).

3.4.6 Apresentação de relatórios de resultados

Concluído cada ano de realização do Programa, a FGR produz um relatório com a avaliação de todas as turmas e ações desenvolvidas. Aponta ainda os pontos positivos e negativos, oportunidade na qual a Fundação sugere alterações para aprimoramento do Programa Voluntários da Cidadania (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013).

3.5 Avaliação e monitoramento

As atribuições quanto à gestão, coordenação, supervisão, acompanhamento e avaliação da execução das metas e ações pretendidas ficam a cargo da Secretaria Municipal Adjunta de Trabalho e Emprego. O monitoramento da PBH é feito através das prestações de contas e demais relatórios, que serão elaborados pela FGR e repassados à SMATE (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013).

3.6 Atribuições das Entidades partícipes do Programa

3.6.1 Prefeitura de Belo Horizonte – PBH

- a) Indicação do público alvo;
- b) Coordenação, supervisão, acompanhamento e avaliação da execução das metas e ações;

- c) Aprovação de regulamento disciplinar elaborado pela FGR e CBMMG;
- d) Análise e aprovação das prestações de contas apresentadas pela FGR;
- e) Atestação da execução de despesas;
- f) Repasse à FGR as parcelas financeiras;
- g) Disponibilização dos serviços ofertados pelo SINE aos egressos do Programa (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013).

3.6.2 Fundação Guimarães Rosa – FGR

- a) Abertura de conta corrente exclusiva em instituição financeira oficial para depósito dos repasses financeiros para a realização do Programa;
- b) Recrutamento e seleção dos jovens para participarem do Programa, conforme perfil descrito no item 2.3;
- c) Realização de avaliações, médica e psicológica, prévias junto aos candidatos, para averiguar as condições do jovem para participação no Programa, e posterior avaliação psicológica daqueles que concluíram o curso, objetivando verificar a evolução dos alunos;
- d) Acompanhamento social e psicológico dos participantes do Programa, monitorando e registrando o comportamento de cada um durante o curso, tomando ações preventivas e corretivas a fim de evitar a evasão e assegurar a apropriada qualificação social e profissional;
- e) Elaboração de regulamento disciplinar, junto com o CBMMG e acompanhamento de seu efetivo cumprimento;
- f) Repasse e devido controle de recebimento dos seguintes materiais e benefícios para cada participante do Programa: I - uniforme, sendo: 01 (uma) calça de brim azul, 03 (três) camisas brancas de malha, e 01 (um) boné vermelho regulável com silk; II - material didático com: 01 (um) caderno, 01 (uma) caneta, e 01 (uma) apostila, III - ajuda de custo mensal, no valor de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais), durante os 03 (três) meses de realização do curso. Esta ajuda é condicionada à frequência de participação do aluno em pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do curso em cada mês (máximo de cinco faltas por mês); IV - até 04 (quatro) vales transporte, conforme a demanda do aluno, para deslocamento até o local onde se desenvolve o curso; V - 01 (um) lanche, por

discente, por dia, ao longo da realização do curso, inclusive nas atividades extracurriculares;

- g) Realização dos orçamentos e compras de materiais e produtos, dentro dos critérios da lei, que serão devidamente comprovados na prestação de contas;
- h) Contratação e pagamento dos honorários aos instrutores indicados pelo CBMMG para ministrar o curso;
- i) Fornecimento ao CBMMG do material necessário na realização das atividades do curso;
- j) Impressão dos certificados de conclusão do curso, após consentimento do CBMMG, para os alunos com desempenho e frequência satisfatórios;
- k) Encaminhamento das prestações de contas mensais à PBH, em até 30 (trinta) dias após o término do mês em questão;
- l) Apresentação à PBH, terminada a etapa com a turma, das cópias dos relatórios das avaliações médicas e psicológicas realizadas, e cópias dos relatórios individuais com o desempenho de cada jovem durante o Programa;
- m) Arquivamento, por 05 (cinco) anos, dos documentos relativos ao convênio do Programa, para eventuais futuras auditorias (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013).

3.6.3 Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG

- a) Disponibilização dos espaços físicos necessários à realização do Curso de Bombeiro Profissional Civil/Brigadista, em conformidade com a NBR 14.608/2007 da ABNT, para jovens inscritos no Programa;
- b) Indicação de instrutores qualificados para ministrar cada uma das matérias do curso;
- c) Elaboração de regulamento disciplinar, junto com a FGR e acompanhamento de seu efetivo cumprimento;
- d) Elaboração dos conteúdos das disciplinas a serem ministradas, em conformidade com a NBR 14.608/2007, e encaminhamento à FGR para confecção das apostilas;
- e) Encaminhamento da lista dos materiais necessários para a execução de cada etapa do curso;

- f) Controle, organização e fornecimento das listas de presença dos alunos à FGR;
- g) Disponibilização, sem despesa adicional, de transporte para o deslocamento dos discentes até os campos de treinamento e demais atividades externas;
- h) Certificação dos alunos que alcançarem o aproveitamento de 60% (sessenta por cento), no mínimo, em cada disciplina e frequência requeridos, repassando à FGR os nomes dos aprovados, para confecção dos certificados (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o trabalho em questão, a técnica de pesquisa adotada foi baseada na documentação indireta. Como afirma Marconi e Lakatos (2010), qualquer pesquisa científica se inicia com a documentação indireta das pesquisas documental e bibliográfica.

Na pesquisa bibliográfica, o pesquisador busca na literatura, na mídia impressa, em materiais audiovisuais e quaisquer outros meios, o máximo de informações que já foram publicadas sobre o seu objeto de estudo. (MARCONI; LAKATOS, 2010). Dentro desta tipologia de investigação, trabalhou-se com material de imprensa escrita, meios audiovisuais e publicações científicas. Essas pesquisas foram a primeira etapa para se conhecer mais sobre os aspectos da segurança pública, criminalidade envolvendo jovens, e políticas públicas e programas sociais que objetivam retirá-los da situação de vulnerabilidade social e propensão a se perderem nas drogas, violência, infrações penais ou crimes.

A pesquisa documental é caracterizada como uma fonte primária de consulta, como por exemplo, análise de arquivos públicos municipais, estaduais e nacionais, na qual são avaliados documentos oficiais como relatórios anuais e leis. (MARCONI; LAKATOS, 2010). Na pesquisa documental, buscaram-se informações junto às instituições que compõem o Programa Municipal Voluntários da Cidadania, sendo a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a Fundação Guimarães Rosa e o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Levantou-se como se instituiu o Projeto Voluntários da Cidadania, seus objetivos, metas, etapas de execução, quais as atribuições de cada um de seus órgãos integrantes, quais trabalhos já foram desenvolvidos até o momento e quais ainda se pretende desenvolver.

Dentre todos os documentos trabalhados, destacam-se os relatórios anuais produzidos pela FGR. Neles são feitas análises de todas as turmas de alunos trabalhadas no respectivo período, levantando-se, em meio a todos os jovens inscritos no Programa, quantos foram desligados, excluídos ou desistiram, e quantos conseguiram se formar. Apresentam ainda uma avaliação das etapas desenvolvidas,

identificando pontos positivos e negativos, apontando novas medidas a serem adotadas para aprimoramento do Programa.

A partir desses relatórios, foi elaborada uma análise descritiva dos dados apresentados. Fez-se uma comparação entre os aproveitamentos das diferentes turmas entre si, e do montante delas em cada ano de realização, buscando-se identificar quais ideias ou procedimentos adotados foram favoráveis ou prejudiciais ao bom funcionamento e êxito nos resultados do Programa.

Além da análise descritiva, foi feita uma avaliação crítica de atividades desenvolvidas, e de algumas conclusões apontadas nos relatórios. Almejou-se identificar, diante dos números apresentados, o que se pode efetivamente afirmar quanto aos resultados do Programa, e quais pesquisas e estudos podem ser feitos para se chegar a respostas mais concretas relativas ao sucesso ou não do Programa.

Por fim, foram feitas também sugestões de melhorias e novas atividades a serem desenvolvidas, complementarmente às do Programa, com o fim de se ter melhores efeitos para os jovens envolvidos nos trabalhos.

5 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS ANUAIS DO PROGRAMA

No presente capítulo será feita uma apresentação dos relatórios anuais produzidos pela FGR, mencionados no item 3.5.6 deste estudo. Em seguida, serão analisados os dados, números e informações oferecidas nos relatórios.

Os relatórios anuais da FGR objetivam fazer uma avaliação de todas as Etapas desenvolvidas no respectivo ano, identificando-se pontos positivos e negativos, além de apontarem novas medidas a serem tomadas para aperfeiçoamento do Programa Voluntários da Cidadania.

5.1 Programa Voluntários da Cidadania nos anos de 2011 e 2012

O curso aconteceu em duas unidades distintas do CBMMG: ABM, localizada à Rua Piauí, 1815, bairro Cruzeiro, e 3º BBM, situado na Avenida Antônio Carlos, 1500, bairro São Francisco (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2013).

O trabalho com a primeira turma foi nomeado de Etapa Piloto. Esta aconteceu em período matutino, sendo integrada apenas por jovens do sexo masculino. As três Etapas seguintes foram compostas por alunos de ambos os sexos e realizadas nos turnos da manhã e da tarde (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2013).

5.1.1 Etapa Piloto

O curso aconteceu na ABM, com 30 (trinta) alunos exclusivamente do sexo masculino e provenientes de indicação do TJMG. Iniciou-se em 16 de novembro de 2011, com término em 27 de fevereiro de 2012 (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2013).

Pôde-se constatar uma grande dificuldade no recrutamento dos jovens, tanto por desinteresse quanto por falta de bom nível de escolaridade. Além disso, muitos dados dos jovens, para permitir que fosse feito o devido contato, estavam errados ou desatualizados. Com apenas um órgão indicando, e com os problemas no

recrutamento, formou-se uma turma com apenas metade do público previsto (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2013).

Dos 30 (trinta) jovens selecionados, apenas 18 (dezoito) concluíram o curso. Dentre os 12 (doze) que não obtiveram êxito, um desistiu antes mesmo de começar, sem dar justificativa, e outro foi preso, também anteriormente ao início das aulas. Os outros dez foram desligados no transcorrer do curso. O grande número de desligamentos foi decorrente da dificuldade destes jovens a se adaptarem a um regime de hierarquia e disciplina militar (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2013).

Os militares do CBMMG que atuaram como instrutores na Etapa Piloto afirmaram ter sido um grande desafio conviver com uma turma com esse perfil já discriminado. Contudo, também entendem que os ensinamentos oferecidos trouxeram um aprendizado de vida e satisfação para os jovens, inculcando-se valores de cidadania e respeito (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2013).

A FGR ainda aponta que com o restante da turma o trabalho foi mais proveitoso e com melhores desempenhos dos jovens.

5.1.2 1ª Etapa 2012

Nesta Etapa, trabalhou-se com 150 (cento e cinquenta) jovens, sendo duas turmas (uma masculina e outra feminina) no 3º BBM e outras duas (uma masculina e outra feminina) na ABM. As aulas iniciaram-se em 27 de fevereiro de 2012, com término em 06 de junho de 2012 (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2013).

Destaca-se aqui a significativa diferença no público selecionado. Dentro do perfil previsto para o Programa, trabalhou-se com alunos que possuíam alto risco de sujeição a delitos, e residentes em áreas de baixa qualidade de vida e de vulnerabilidade social, porém com um número bem menor de participantes com histórico de conflito com a lei. O público foi indicado, também pelo TJMG, mas, principalmente, pelos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS). Além disso, passou-se a trabalhar também com turmas femininas (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2013).

Dos 150 (cento e cinquenta) jovens selecionados, 103 (cento e três) se formaram, e 47 (quarenta e sete) foram desligados, excluídos ou desistiram (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2013).

A coordenação da ABM destacou que, com essa mudança no perfil dos selecionados e com a inclusão das participantes femininas, o aproveitamento das turmas melhorou se comparado à Etapa anterior (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2013).

5.1.3 2ª Etapa 2012

A turma foi composta também por 150 (cento e cinquenta) jovens, nos mesmos moldes da Etapa anterior. Com a experiência já adquirida até então, a gestão do programa foi mais eficiente nesta Etapa, funcionando com uma comunicação mais clara. As aulas iniciaram-se em 11 de junho de 2012, com término em 06 de setembro de 2012 (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2013).

Os números foram parecidos com o da turma anterior, formando-se 107 (cento e sete) jovens, com outros 43 (quarenta e três) desligados, excluídos ou desistentes (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2013).

A coordenação da ABM destacou o fato de alguns alunos, mesmo provenientes de indicação da justiça, se interessarem em ingressar na carreira militar (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2013).

5.1.4 3ª Etapa 2012

A FGR ressalta que os aspectos de reconstrução da cidadania foram melhorados a cada turma, e que o Programa foi ganhando cada vez mais notoriedade em Belo Horizonte.

A coordenação da ABM destacou nesta Etapa a facilidade de relacionamento com os jovens, que se mostraram mais receptivos aos aspectos da disciplina militar (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2013).

Também integrada por 150 (cento e cinquenta) jovens, formaram-se 96 (noventa e seis) e 54 (cinquenta e quatro) foram desligados, excluídos ou desistiram. As aulas iniciaram-se em 10 de setembro de 2012, com término em 13 de dezembro de 2012 (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2013).

5.2 Programa Voluntários da Cidadania no ano de 2013

O curso foi realizado com turmas apenas na ABM, localizada à Rua Piauí, 1815, bairro Cruzeiro (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2014).

A coordenação do Programa aponta que todas as fases de desenvolvimento do programa (apresentadas no item 3.5 deste trabalho) são favorecidas ao se trabalhar com um público reduzido. A detalhada e trabalhosa captação do público alvo fica facilitada, o acompanhamento das equipes de execução se torna mais sistemático e assertivo, e há uma maior e melhor inserção dos formados no mercado de trabalho (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2014).

A partir de então, foi firmado novo convênio decidindo-se que se trabalharia com um número menor de alunos, em busca de melhores resultados. Estipulou-se então que seriam turmas com média de 84 (oitenta e quatro) alunos, em três Etapas trimestrais nos anos de 2013, 2015 e 2016, e duas Etapas nos dois primeiros trimestres de 2014. Dessa forma, seriam formados 250 (duzentos e cinquenta) jovens nos anos com três Etapas, e 168 (cento e sessenta e oito) no ano com duas Etapas, totalizando-se 918 (novecentos e dezoito) alunos (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2013).

5.2.1 1ª Etapa 2013

No recrutamento, a FGR apresentou dificuldades em convencer os adolescentes a participarem do Programa, além de problemas quanto à falta de escolaridade dos jovens (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2014).

Com um público semelhante ao das últimas turmas, oriundo de indicações dos CRAS e da Vara Infracional, além da experiência adquirida até então, entende-

se que a execução do Programa tornou-se mais eficiente (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2014).

Formaram-se, nesta Etapa, 61 (sessenta e um) dos 84 (oitenta e quatro) participantes, com 23 (vinte e três) discentes desligados, excluídos ou desistentes (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2014).

5.2.2 2ª Etapa 2013

Nesta Etapa, aconteceram os mesmos problemas relativos à baixa escolaridade dos jovens, permanecendo como empecilho no processo de recrutamento. Por outro lado, houve uma melhora no aproveitamento da turma, em relação à anterior, inclusive com jovens se interessando pelo ingresso na profissão militar (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2014).

Dos 84 (oitenta e quatro) alunos inscritos, 66 (sessenta e seis) se formaram e 18 (dezoito) foram desligados, excluídos ou desistiram (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2014).

5.2.3 3ª Etapa 2013

Com uma turma ligeiramente menor, contando com 82 (oitenta e dois) jovens matriculados, obteve-se o melhor aproveitamento de todo o Programa. Formaram-se 65 (sessenta e cinco) alunos e 17 (dezessete) foram desligados, excluídos ou desistiram (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2014).

5.3 Programa Voluntários da Cidadania no ano de 2014

Conforme planejamento do Convênio firmado entre os parceiros do Programa, trabalhou-se apenas com duas turmas em 2014.

Da mesma forma que no ano anterior, o curso aconteceu apenas na ABM, localizada à Rua Piauí, 1815, bairro Cruzeiro (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2015).

5.3.1 1ª Etapa 2014

Permaneceram os problemas relacionados à baixa escolaridade e desinteresse do público alvo, acrescido da dificuldade em se contatá-los, em decorrência de informações incorretas, passadas pelos próprios jovens, sobre seus números de telefone (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2015).

Após a experiência de dois anos de Programa, trabalhando-se com o mesmo perfil de público, a FGR afirma que a gestão do Programa tornou-se mais eficiente, com aproveitamento similar aos anteriores.

Nesta Etapa, 56 (cinquenta e seis) foi o número de formados, e 28 (vinte e oito) o número de desligados, excluídos ou desistentes (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2015).

5.3.2 2ª Etapa 2014

Esta Etapa apresentou os mesmos problemas da anterior, porém com um melhor aproveitamento dos discentes. Formaram-se 65 (sessenta e cinco) alunos, dentre os 84 (oitenta e quatro) inscritos, com 19 (dezenove) desligados, excluídos ou desistentes (FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2015).

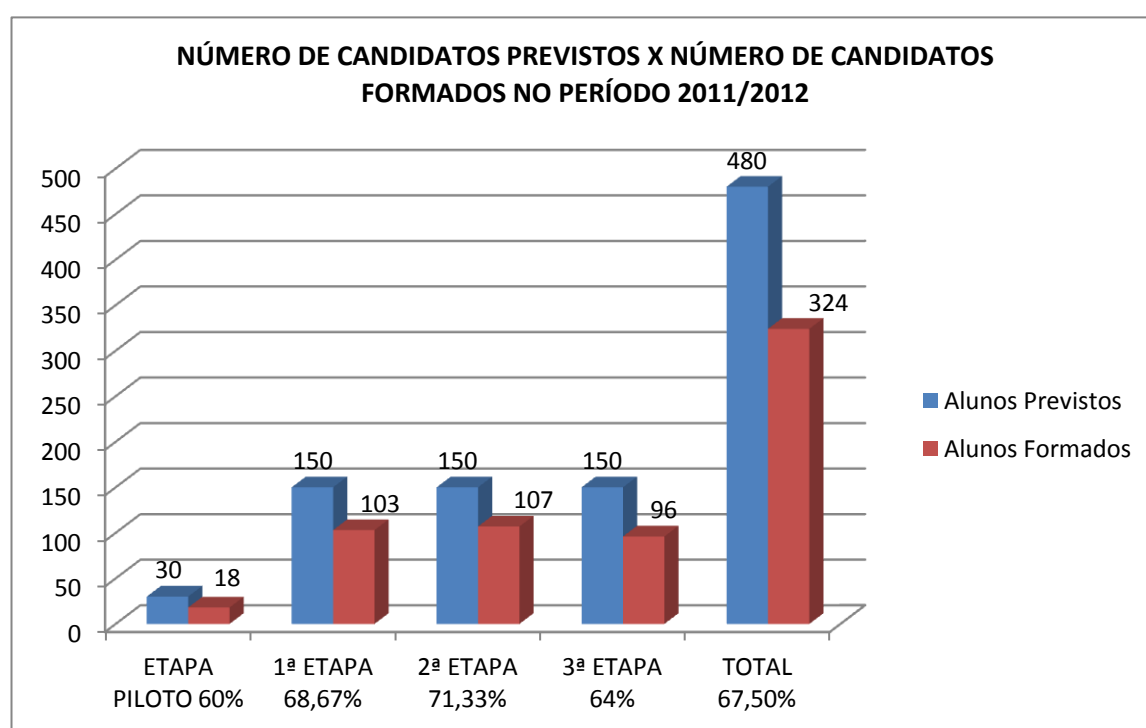
5.4 Análise das informações e dados dos Relatórios

A primeira turma a participar do Programa foi composta totalmente por jovens do sexo masculino e com histórico de conflito com a lei. Uma turma com este perfil mostrou-se complicada e difícil de trabalhar, apresentando o pior aproveitamento de alunos formados dentre todas as turmas do Programa, com apenas 60% de êxito. O relatório ainda apontou que, com a saída dos discentes mais problemáticos, o envolvimento e desempenho dos demais melhoraram.

Na Etapa imediatamente posterior, buscou-se formar turmas com um perfil diferente, almejando-se melhores resultados. Passou-se então a contar com um público vindo de regiões de baixa qualidade de vida e alta vulnerabilidade social,

porém sem envolvimento com crimes ou infrações penais. Além disso, apontou-se a participação de jovens do sexo feminino como aspecto positivo na melhoria do aproveitamento da turma. Assim sendo, percebe-se uma melhoria considerável, com 68,67% dos participantes alcançando o objetivo de formarem-se. Esse percentual ganha ainda mais importância, levando-se em conta o grande aumento no número de alunos inscritos, fator que obviamente dificulta um efetivo acompanhamento comportamental e de rendimento do aluno.

Gráfico 1 - Número de candidatos previstos x Número de candidatos formados no período 2011/2012 – Programa Voluntários da Cidadania

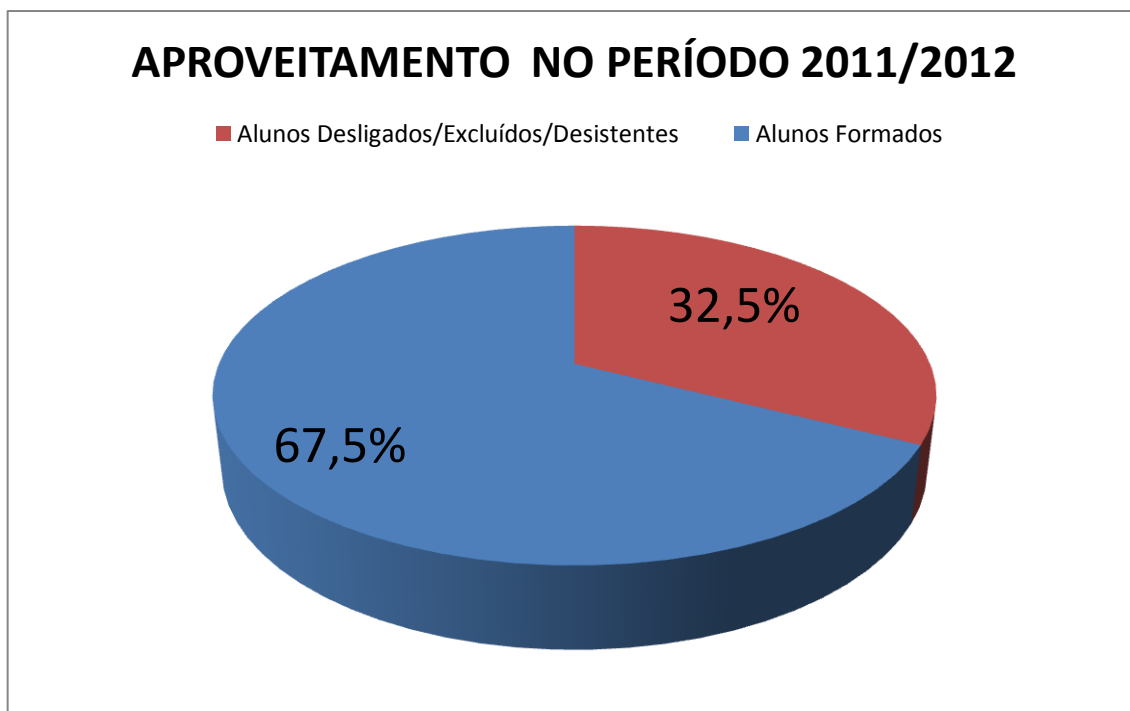


Fonte: FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2013

Na 2ª Etapa de 2012, o relatório destacou uma melhoria no desenvolvimento e gestão do Programa, uma vez que já se acumulava maior experiência com a realização das turmas anteriores. Obteve-se assim um aproveitamento de 71,33%.

O relatório apontou, quanto à última Etapa de 2012, um aumento na notoriedade do Programa, além do positivo relacionamento com os jovens, que se mostraram mais receptivos às doutrinas da caserna. Contudo, os resultados não foram muito positivos, com uma queda no rendimento, em que se obteve o segundo pior resultado de Etapa de todo o Programa, com apenas 64% de aproveitamento.

Gráfico 2 - Aproveitamento de alunos formados no período 2011/2012 – Programa Voluntários da Cidadania



Fonte: FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2013

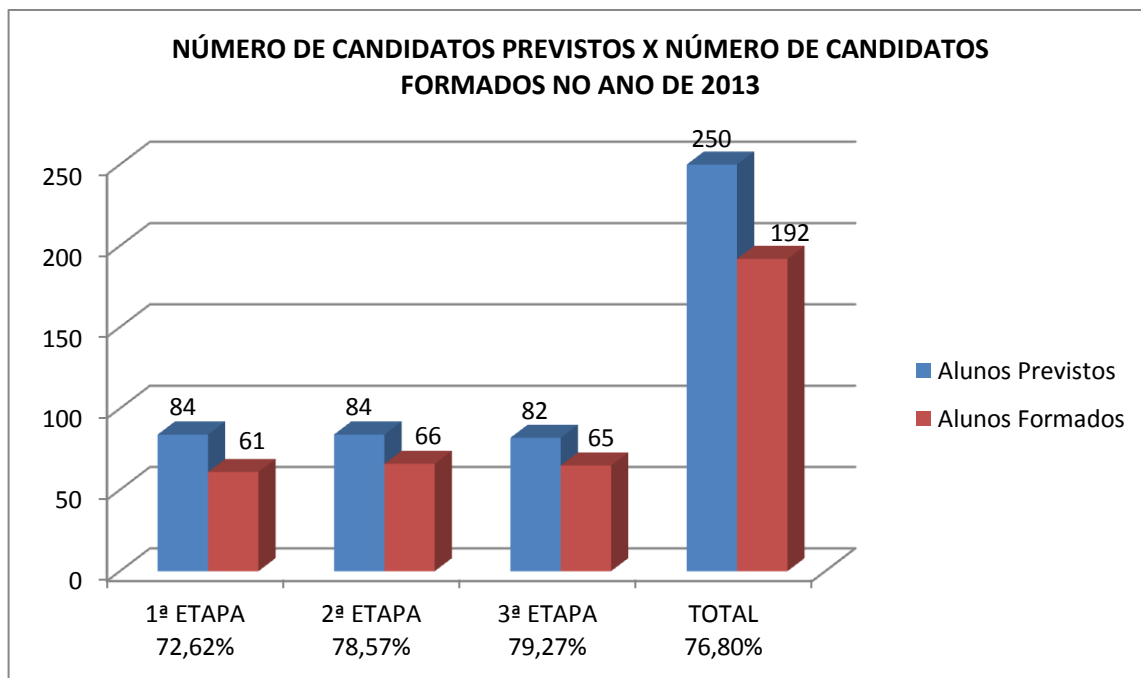
Para os trabalhos no ano de 2013, ressaltou-se a importância de se trabalhar com turmas mais enxutas. Foi então que se estabeleceu o número de 250 (duzentos e cinquenta) alunos a se formarem naquele ano, divididos em três turmas trimestrais.

Já na primeira Etapa, pôde-se perceber que trabalhar com turmas menores gera melhores resultados. Alcançou-se um aproveitamento de 72,62%, rendimento esse superior a qualquer outro até então.

Agora, com a experiência adquirida realmente gerando bons frutos, os cursos foram tendo continuidade e alcançando seus melhores resultados em sequência. A 2ª Etapa de 2013 chegou a um aproveitamento de 78,57%, e a 3ª Etapa atingiu o ápice do Programa, com 79,27%.

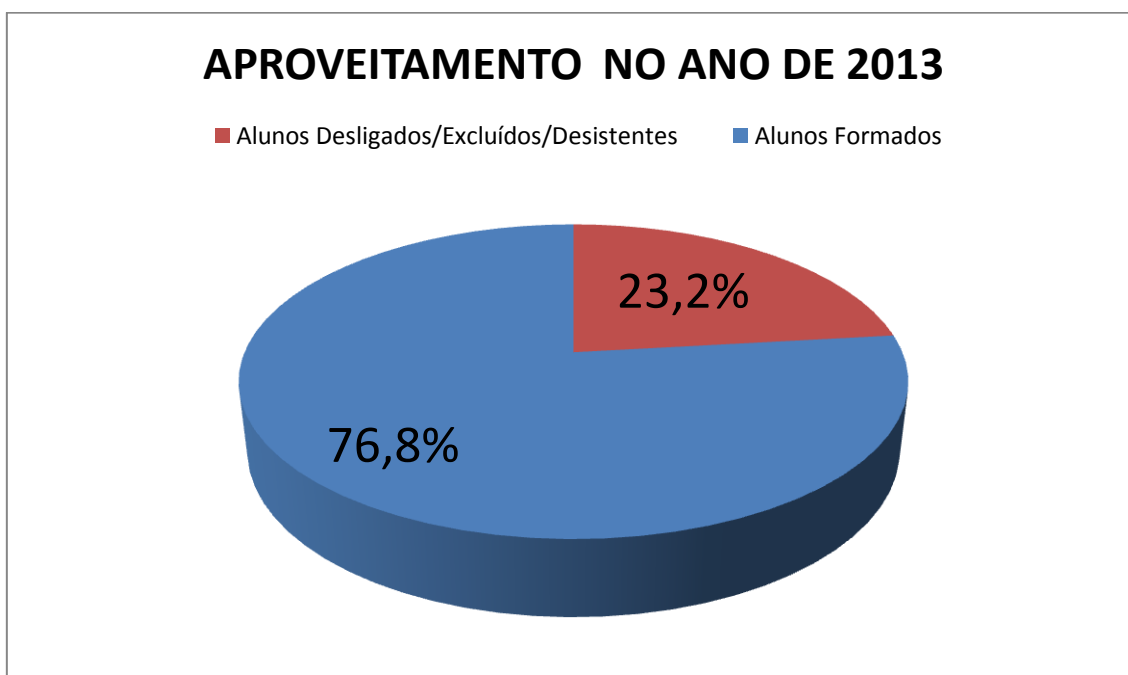
Embora tenha se continuado com os mesmos critérios de 2013, tanto para seleção dos participantes quanto no desenvolvimento do curso, o início de 2014 apresentou brusca queda de aproveitamento, com o terceiro pior rendimento nos resultados. Conseguiu-se apenas 66,67% de êxito.

**Gráfico 3 - Número de candidatos previstos x Número de candidatos formados no ano de 2013
– Programa Voluntários da Cidadania**



Fonte: FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2014

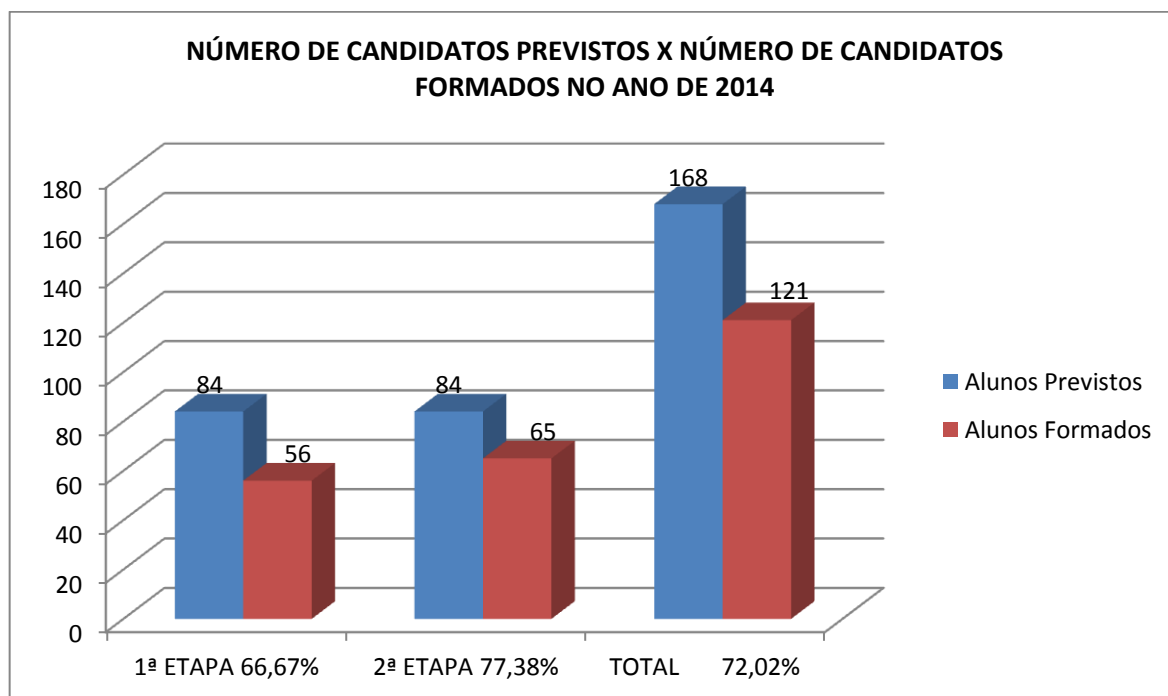
Gráfico 4 - Aproveitamento de alunos formados no ano de 2013 – Programa Voluntários da Cidadania



Fonte: FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2014

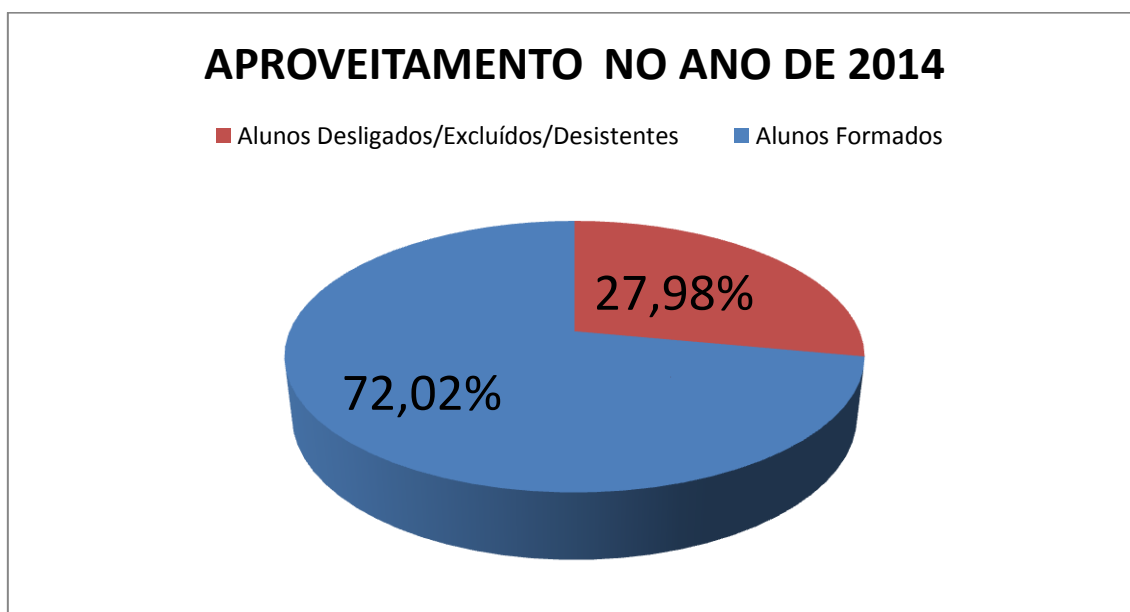
Já na 2ª Etapa de 2014, voltou-se aos bons índices alcançados em 2013, atingindo-se o terceiro melhor resultado do Programa, com 77,38% de aproveitamento.

Gráfico 5 - Número de candidatos previstos x Número de candidatos formados no ano de 2014 – Programa Voluntários da Cidadania



Fonte: FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2015

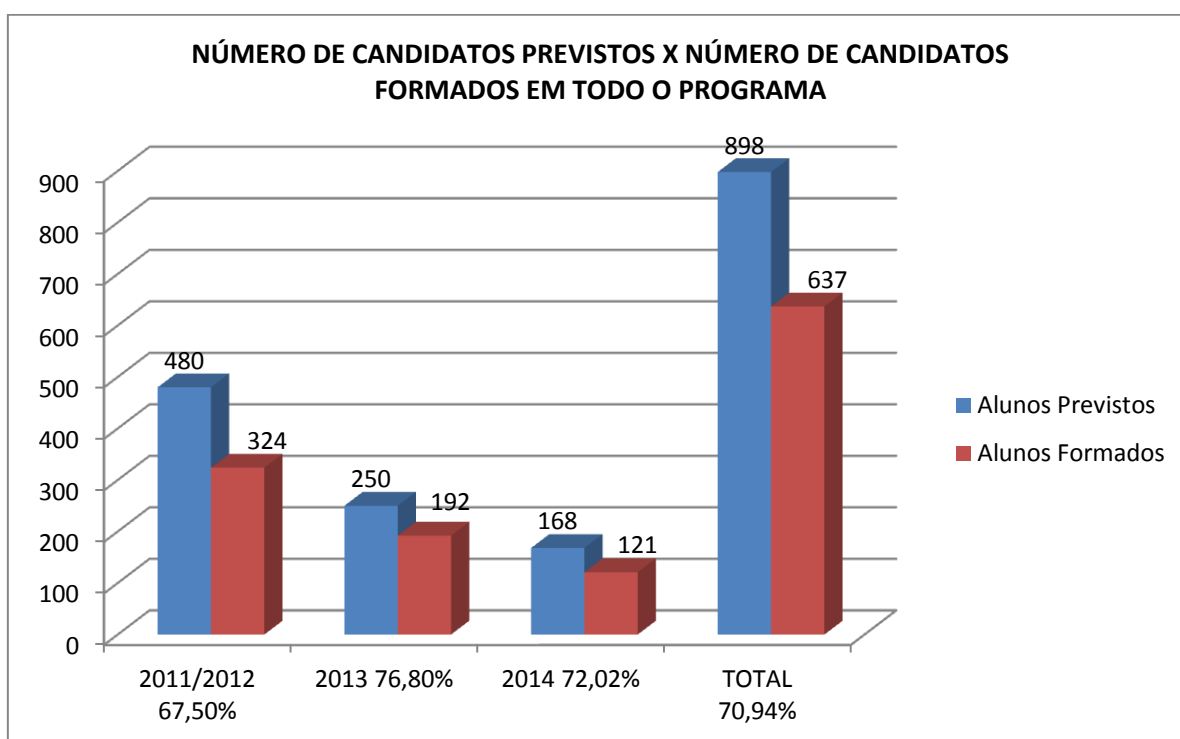
Gráfico 6 - Aproveitamento de alunos formados no ano de 2014 – Programa Voluntários da Cidadania



Fonte: FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA, 2015

Findados os três primeiros períodos de execução do Programa Voluntários da Cidadania, foi possível notar que a inexperiência inicial somada a um público mais complexo de se trabalhar, além de turmas muito grandes, geram piores resultados.

Gráfico 7 - Número de candidatos previstos x Número de candidatos formados em todo os anos – Programa Voluntários da Cidadania



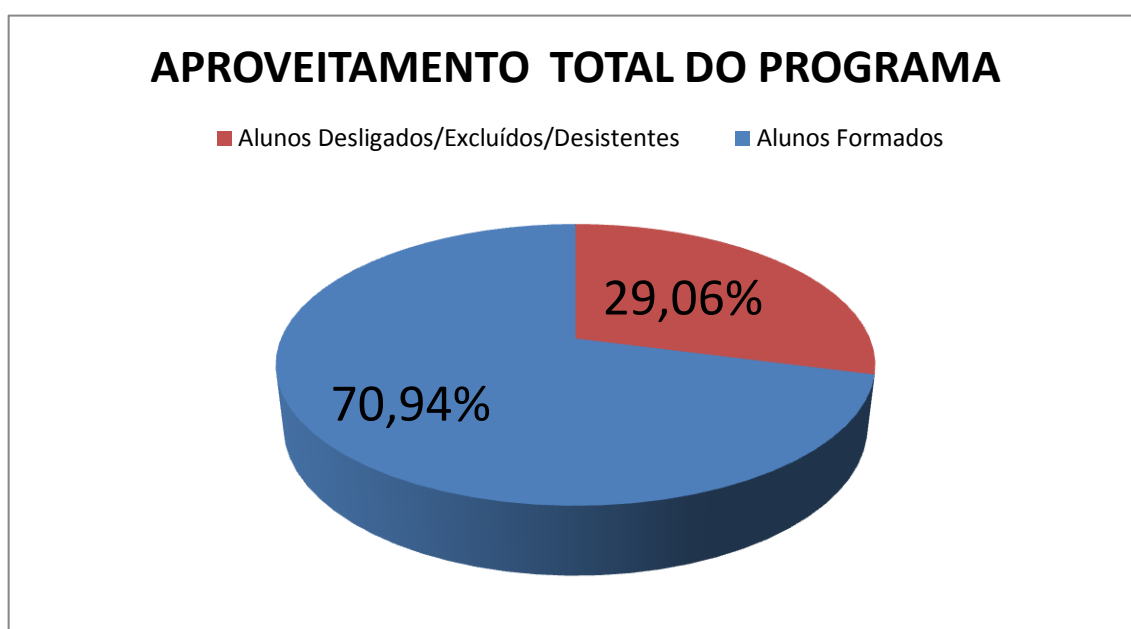
Fonte: FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA

Apontou-se, em todos os relatórios, uma grande dificuldade em convencer os adolescentes a participarem do Programa, além de problemas quanto à falta de escolaridade dos jovens. Todavia, com o auxílio dos CRAS e outros parceiros, o recrutamento e seleção foram facilitados.

Com melhores trabalhos de triagem, foi possível selecionar o público com mais critério. Do mesmo modo, adiciona-se a experiência adquirida no período 2011/2012, possibilitando assim melhores resultados nas Etapas de 2013 e de 2014, com apenas a 1ª Etapa de 2014 saindo da média estabelecida nos dois últimos anos.

Ao longo de cada Etapa realizada, em todos os anos, os participantes tiveram um acompanhamento social e psicológico, através do qual monitorou e registrou-se o desempenho individual do jovem. Tal procedimento buscou identificar problemas e possibilitar a adoção de medidas de prevenção e correção, com o fito de evitar a evasão e garantir a boa qualificação profissional.

Gráfico 8 - Aproveitamento de alunos formados em todos os anos – Programa Voluntários da Cidadania



Fonte: FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA

Mesmo com este acompanhamento, pode-se perceber um grande número de alunos que foram excluídos, desligados ou desistiram do curso. Talvez seja necessário, não apenas um acompanhamento para dirimir problemas internos no transcorrer do curso, mas um trabalho que se estenda até o meio em que vive o aluno, no seu convívio familiar, ciclo de amizades e vizinhança.

Além da formação enquanto bombeiro civil/brigadista, propriamente dito, o Programa ofereceu diferentes atividades extras aos alunos. Dentre essas atividades, destacam-se: campanhas de doação de alimentos e agasalhos a vítimas de enchentes e inundações na região metropolitana; cadastro de medula óssea para verificação de possível compatibilidade e doação de sangue, em parceria com a Fundação Hemominas; campanha de doação de mantimentos e fraldas para o

Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus, com visita às crianças com paralisia infantil e aos idosos; visita ao Hospital do Câncer Infantil, com doação de brinquedos adquiridos pelos alunos; entre outras;

Atividades desse gênero contribuem para a formação dos jovens enquanto seres humanos e cidadãos, resgatando valores sociais e de cidadania. Segundo UNESCO (2004), é importante que se faça Políticas Públicas de juventude, voltadas para os jovens e com o envolvimento deles.

Todos os relatórios produzidos, concluem que o objetivo de qualificação social e profissional desses jovens com trajetória de vulnerabilidade social foi alcançado de forma satisfatória. Afirmam ainda, que o Programa é uma grande oportunidade para os alunos participantes tornarem-se cidadãos plenos, com profissão, e importantes valores de ética e disciplina. Por fim, asseveram o coroamento dessa política pública destinada aos mais carentes, e que faz prevenção primária da criminalidade, sendo essa a meta principal a que se destina o Programa.

Ao mesmo tempo em que as conclusões afirmam esse sucesso do Programa, as próprias sugestões por eles apresentadas, evidenciam uma necessidade de acompanhamento póstumo, para então poder se afirmar o completo êxito no Programa. Sugere-se que se estenda o trabalho até a fase de inserção efetiva dos formados no mercado de trabalho, evitando-se nova frustração na vida do jovem oriundo de condição de baixa qualidade de vida e elevada vulnerabilidade social. Os relatórios ainda recomendam que se faça uma parceria com a Secretaria de Educação, para reencaminhamento dos jovens à escola, uma vez que apresentaram baixa escolaridade, em que muitos não concluíram o ensino médio e, em alguns casos, nem mesmo o ensino fundamental.

Como bem apontado como sugestão nos relatórios aqui analisados, é fundamental que todos os jovens envolvidos com o Programa, tanto aquele que não obteve êxito em concluir o curso quanto o formado, sejam encaminhados à escola para concluírem os ensinos fundamental e médio. Mesmo que eles não venham a trabalhar como bombeiros civis/brigadistas, devem concluir os estudos para procurarem alternativas em outras áreas profissionais.

É importante que se faça uma pesquisa junto a sindicatos de bombeiros civis, brigadas que trabalham com eventos, *shoppings*, campus universitários e grandes empresas com brigada particular, para se saber como está a inserção dos alunos do Programa no mercado de Trabalho. Avaliar se há algum tipo de preconceito ou discriminação com os jovens com histórico de conflito com a lei, e ainda fazer um levantamento junto aos órgãos de justiça e polícia para saber se houve novos envolvimento desses rapazes e moças com crimes ou infrações penais. Até mesmo um contato direto com os ex-alunos do curso, para saber que rumo tomou suas vidas, pode constituir um importante retorno sobre os reais resultados do Programa.

Um relevante aspecto a ser considerado na continuidade do Programa é a regulamentação da profissão do bombeiro civil. Em 12 de janeiro de 2009, foi promulgada a Lei Federal 11.901, que dispõe sobre profissão de bombeiro civil e dá outras providências, em que é estabelecido, em seu artigo 6º, inciso IV, que o bombeiro civil possui o direito à reciclagem periódica, por conta da empresa que o contratou. Além disso, a NBR 14.608/2007, norma que orienta a formação oferecida no Programa, estabelece, em seu item 4.1.2.1, que cada um dos módulos trabalhados na formação do bombeiro civil/brigadista possui validade de, no máximo, 12 (doze) meses. Assim sendo, é importante fazer um bom planejamento de rápida inserção do aluno, formado pelo Programa, no mercado de trabalho. Caso contrário, o prazo de validade de seu certificado se expirará e ele rapidamente estará fora do mercado de trabalho, sem melhores oportunidades de se reinserir.

Outro saliente aspecto é buscar ainda uma solução para os problemas dos jovens que não chegaram a concluir sua formação junto ao Programa. Deve-se dar uma orientação também a esses mancebos, haja vista que seus insucessos dentro do curso podem ser devidos a problemas psicológicos, familiares, ou de envolvimento com drogas. Faz-se, portanto, necessário um trabalho envolvendo psicólogos, assistentes sociais, e clínicas de reabilitação, para tentar dar uma diferente orientação à vida do jovem mais problemático.

Portanto, além dos aspectos sugeridos nos relatórios, para que se tenha uma resposta mais objetiva sobre os resultados obtidos até hoje pelo Programa, é fundamental que o projeto seja submetido a uma avaliação. Esta possibilita que se

chegue aos resultados de maneira mais apropriada, com melhor aproveitamento dos recursos, além de prover, aos formuladores e gestores, informações que subsidiarão os moldes das iniciativas vindouras, ou então para correções e reajustes nos rumos das ações, similarmente a um sistema de retroalimentação (COHEN e FRANCO, 1998, *apud* COUTINHO *et al.*, 2006, p. 768).

Destaca-se ainda que o contexto atual não se mostra muito promissor. Embora houvesse previsão para continuidade do Programa em 2015, com a formação de mais três turmas trimestrais, ele está paralisado, ao menos temporariamente, por falta de verba.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões de violência e segurança pública são constantemente debatidas em todas as partes do mundo. Dentro dessa matéria há os problemas do envolvimento de crianças e adolescentes no universo da criminalidade, no qual se questiona qual a melhor forma de se trabalhar com o jovem em conflito com a lei.

O assunto é tão polêmico, que já há muitos anos o Congresso Brasileiro adia a decisão a respeito da redução da maioridade penal. Com muita controvérsia, o tema apresenta frentes incisivamente divergentes. Existem aqueles a favor de que se puna com rigor qualquer jovem, independentemente da idade e do crime cometido. Outros entendem que se deve punir os jovens apenas em crimes específicos, de caráter mais grave e ofensivo aos olhos da sociedade. E ainda há aqueles que acreditam que não se deve punir o menor em conflito com a lei, mas sim dar-lhes uma orientação profissional e social, e, assim, resgatar sua civilidade.

Com o objetivo de dar um bom direcionamento à juventude em situação de vulnerabilidade social, e retirá-la da marginalidade e exclusão social são criadas várias políticas públicas. Dentro dessas políticas públicas, são realizados diversos trabalhos e programas.

Em Belo Horizonte existe o Programa Municipal Voluntários da Cidadania. Este é realizado através de uma parceria entre A Prefeitura, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e a Fundação Guimarães Rosa. Possui como foco, jovens entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos, preferencialmente infratores, ou com elevado risco de sujeição à prática de delitos, e que residam em áreas de baixa qualidade de vida urbana e alta vulnerabilidade social. Seu objetivo é resgatar valores sociais e de cidadania, e aumentar as chances de inserção no mercado de trabalho e a qualificação social e profissional de jovens com trajetória de vulnerabilidade social.

Para que se possa ter um efetivo retorno sobre a eficácia dos projetos e programas desenvolvidos como políticas públicas de segurança, é essencial que eles sejam submetidos a uma avaliação. Esta permite que se chegue aos resultados

de forma mais adequada, com melhor aproveitamento dos recursos, fornecendo ainda aos formuladores e gestores, dados que auxiliarão a moldar os trabalhos futuros, ou então a corrigir e reajustar o trajeto das ações, semelhantemente a um sistema de retroalimentação.

Visando dar um retorno sobre as atividades desenvolvidas dentro do Programa Voluntários da Cidadania, a FGR elabora relatórios anuais. Estes buscam fazer uma avaliação de todas as etapas desenvolvidas no ano, apontando-se aspectos positivos e negativos, além de sugerirem novas medidas a serem adotadas para aprimoramento do Programa.

Posteriormente, foi feita uma análise dos dados apresentados nos três relatórios confeccionados até o presente momento, desde o início do Programa.

Inicialmente foi percebida uma grande dificuldade no processo de seleção e recrutamento dos futuros alunos do programa. Esse empecilho mostra uma realidade preocupante, que exige um esforço junto aos jovens, para lhes mostrar a importância de se ter uma profissão e estar afastado das drogas, violência e criminalidade.

Embora haja um acompanhamento social e psicológico no período de duração das aulas, ainda tiveram muitos alunos evadindo do programa. O problema apresentado no processo seletivo aliado a esse insucesso depois de iniciada a formação evidencia a necessidade de um acompanhamento extracurso, não apenas administrando conflitos internos, mas alcançando o ambiente familiar, escolar e da comunidade na qual vive o jovem.

A princípio, oriundos exclusivamente de indicação da Vara da Infância e da Juventude do TJMG, todos os jovens apresentavam histórico de conflito com a Lei. A turma integralmente com este perfil apresentou problemas quanto ao alcance dos objetivos propostos. Posteriormente, mesclaram-se as turmas com jovens em situação de vulnerabilidade social, porém sem necessariamente já terem apresentado problemas com a Justiça. A partir disso melhoraram-se as porcentagens de aprovação no curso.

Outro ponto a se destacar é a quantidade de alunos em cada etapa. Turmas maiores apresentaram maiores índices de desistência, exclusões e desligamentos, sendo, portanto, mais proveitoso trabalhar com turmas mais enxutas, que permitem um acompanhamento mais próximo e efetivo.

Além da formação específica de bombeiro civil/brigadista, os discentes realizam atividades extracurriculares que ajudam a fomentar os valores humanos, a ética e a disciplina. À vista disso, os alunos passam a valorizar mais suas vidas e a do próximo, alimentando uma cultura que os auxilia a se afastarem da violência e das drogas.

Nas conclusões de todos os relatórios apresentados, aponta-se êxito no programa, indicando-se que os jovens em situação de vulnerabilidade social tiveram uma grande oportunidade de tornarem-se cidadãos plenos, com profissão, e importantes valores de ética e disciplina. Por fim, destaca-se o coroamento de uma política pública voltada para os mais necessitados, em que se faz uma prevenção primária da criminalidade, atingindo-se o fim principal a que se destina o Programa.

Apesar de se afirmar esse sucesso, os próprios relatórios sugerem que se estendam os trabalhos até a efetiva inserção do aluno formado no mercado de trabalho. Indicam ainda a importância de que os jovens participantes do programa retornem às escolas para concluírem seus estudos, no ensino médio e, em alguns casos, até no ensino fundamental.

Assim sendo, percebe-se a imprecisão em se afirmar que o Programa Voluntários da Cidadania atende plenamente às suas metas propostas.

Falta um acompanhamento posterior para saber se os jovens estão conseguindo realmente inserirem-se no mercado de trabalho, e assim, possuírem um ofício para retomarem o caminho da inclusão social.

Há também que se preocupar com aqueles alunos que, por diversos motivos, não conseguem concluir o curso e continuam extremamente vulneráveis às mazelas da sociedade. Trabalhos de pedagogas, assistentes sociais e psicólogas devem ir

para além dos muros dos quartéis onde são realizados os cursos, alcançando os problemas mais íntimos desses jovens à margem da sociedade.

Ante ao exposto, a hipótese inicial do trabalho não pôde ser confirmada, vez que não se pode afirmar que os relatórios possuem informações completas e precisas sobre os resultados do Programa, ficando claro que mais ações são demandadas para poder se afirmar, ou não, o sucesso dos trabalhos desenvolvidos até aqui.

Através da análise dos relatórios anuais da FGR sobre o Programa, atingiu-se o objetivo da pesquisa, sendo exposta uma ampla descrição dos seus dados apresentados. Foi possível também averiguar como foram os trabalhos e os números alcançados em cada ano, percebendo-se que é preciso aprimorar a avaliação posterior para que se possa afirmar com mais precisão se o Programa Voluntários da Cidadania vem realmente alcançando seus fins propostos.

6.1 Sugestões

Diante do exposto, para que se tenham melhores resultados no Programa Municipal Voluntários da Cidadania, sugere-se:

- a) Estudos que verifiquem como está a inserção dos formados no mercado de trabalho;
- b) Estudos para averiguar se há algum tipo de preconceito contra os jovens formados pelo Programa, que possuam histórico de conflito com a lei, de forma a se coibir este tipo de atitude;
- c) Estudos que chequem como está a regularização do serviço do bombeiro profissional civil/brigadista em Minas Gerais, e como está a demanda do mercado por essa mão de obra;

- d) Estudos junto aos órgãos de Justiça, Polícia, e centros de assistência social, para saber se os ex alunos do Programa, voltaram ou vieram a se envolver com drogas ou delitos;
- e) Estudos para se saber como estão hoje cada um dos jovens que participaram do Programa. Estão trabalhando? Como bombeiro civil ou não? Estão estudando? Estão afastados de problemas com entorpecentes e com a lei?
- f) Estudos que avaliem, de forma mais objetiva, os resultados obtidos até hoje pelo Programa,
- g) A realização de trabalhos de acompanhamento posterior, para auxiliar na absorção dessa nova mão de obra formada pelo mercado de trabalho;
- h) Esforços no sentido de retornar com os jovens para as escolas, para que concluam seus estudos e melhorem suas escolaridades e capacidade de se inserirem no mercado de trabalho, seja como brigadistas, ou qualquer outra profissão;
- i) Acompanhamento também dos jovens que não obtiveram êxito em formarem-se. Desenvolvimento de trabalhos envolvendo psicólogos, assistentes sociais, e clínicas de reabilitação, para tentar dar uma diferente orientação à vida do jovem mais problemático.

O presente trabalho buscou colaborar na avaliação de um programa que possui importantes e louváveis finalidades, mas que precisa apresentar resultados mais objetivos, para que possa demonstrar efetivamente sua relevância enquanto política pública de prevenção à criminalidade no cenário atual. Isso se faz crucial para a continuidade do Programa, haja vista que ele se encontra paralisado por falta de verba da Prefeitura de Belo Horizonte.

REFERÊNCIAS

BORGES, Éverton André Luçardo. Adolescente infrator e políticas públicas para ressocialização. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 117, out 2013. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13694&revista_caderno=12>. Acesso em 15 jun. 2015.

CABRAL, Suzie Hayashida; SOUSA, Sonia Margarida Gomes. O histórico processo de exclusão/inclusão dos adolescentes autores de ato infracional no Brasil. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.10, n.15, 2004. Disponível em <http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20041213114955.pdf>. Acesso em 15 jun. 2015.

CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE MINAS GERAIS. Programa Voluntários da Cidadania: Curso brigadista particular – Guia do discente. **Academia de Bombeiros Militar**, Belo Horizonte, fev. 2012(a).

CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE MINAS GERAIS. Regulamento do curso de Brigadista Particular do Programa “Voluntários da Cidadania”, estabelecendo as diretrizes para a sua execução. **Academia de Bombeiros Militar**, Belo Horizonte, fev.2012(b).

COUTINHO, Renata Buarque Goulart *et al.* **Projetos sociais de empresas no Brasil: arcabouço conceitual para pesquisas empíricas e análises gerenciais**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Desktop/Projetos SociaisdeEmpresasnoBrasil-Coutinho .pdf](file:///C:/Users/User/Desktop/Projetos%20SociaisdeEmpresasnoBrasil-Coutinho.pdf)>. Acesso em: 25 nov 2014.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciência & Saúde Coletiva**. [S.I.], v.4, n,1, 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.org/pdf/csc/v4n1/7129.pdf> >. Acesso em 15 jun. 2015.

FREITAS, Oracilda; RAMIRES, Júlio César. Políticas públicas de prevenção e combate à criminalidade envolvendo jovens. **Caminhos de Geografia – revista on**

line, Uberlândia, v.12, n. 37, 2011. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/16284/9140>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA. Relatório Final com as avaliações de todas as etapas e ações desenvolvidas no programa Voluntários da Cidadania nos anos de 2011 e 2012. **Programa Voluntários da Cidadania**, Belo Horizonte, mar. 2013.

FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA. Relatório Final com as avaliações de todas as etapas e ações desenvolvidas no programa Voluntários da Cidadania no ano de 2013. **Programa Voluntários da Cidadania**, Belo Horizonte, mar 2014.

FUNDAÇÃO GUIMARÃES ROSA. Relatório Final com as avaliações de todas as etapas e ações desenvolvidas no programa Voluntários da Cidadania nos anos de 2014. **Programa Voluntários da Cidadania**, Belo Horizonte, jan. 2015.

GANDINI JUNIOR, Antônio. As políticas públicas dirigidas à infância e à adolescência no Brasil e à política de atendimento da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor aos Adolescentes Infratores no Estado de São Paulo. In: 4º MOSTRA ACADÊMICA, 2010. São Paulo. **Anais**. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/10.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2015.

IMPrensa Oficial do Estado de Minas Gerais. **Governador estimula alunos do Programa Voluntários da Cidadania**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em <<http://www.iof.mg.gov.br/index.php?/acao-do-governo/acao-do-governo-arquivo/Governador-estimula-alunos-do-Programa-Voluntarios-da-Cidadania.html>>. Acesso em: 24 nov 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Convênio Voluntários da Cidadania. **Secretaria Municipal Adjunta de Trabalho e Emprego**, Belo Horizonte, jan. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Voluntários da Cidadania. **Secretaria Municipal Adjunta de Trabalho e Emprego**, Belo Horizonte, fev. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Programa Voluntários da Cidadania amplia mercado de trabalho para mais 100 alunos**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=88193&chPlc=88193>>. Acesso em: 24 nov 2014.

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roseli Esquerdo. Adolescência e Juventude: Entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v.17, n.2, 2009. Disponível em <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/100>>. Acesso em 15 jun. 2015.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 25 nov 2014.
UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004. 304 p.